UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
70.910 - Brasília - DF.

Fones.: 273.3264 (direto)
274.0022 - ramal 2368

SÉRIE ANTROPOLOGIA No. 81

MILITARES, ANTROPOLOGIA, DESENVOLVIMENTO[1]
(Uma Abordagem Preliminar)

Gustavo Lins Ribeiro

1989

MILITARES, ANTROPOPOLOGIA, DESENVOLVIMENTO[1]
(Uma Abordagem Preliminar)

Gustavo Lins Ribeiro
Departamento de Antropologia
Universidade de Brasília

I) OS MILITARES COMO AGENTES DESENVOLVIMENTISTAS.

A antropologia tem interesse, em diversos planos, de conhecer melhor a atuação das Forças Armadas, tanto histórica quanto contemporaneamente. De há muito os militares são importantes para entender a relação da sociedade brasileira com as diversas populações indígenas, não apenas por causa do papel de Rondon na história do indigenismo, mas também por causa de suas preocupações e iniciativas concretas com a geopolítica de fronteira, cuja expressão última e máxima é, sem dúvida, o Projeto Calha Norte[2].

No Brasil, por causa da intervenção frequente dos militares na cena política tende-se a analisá-los como atores políticos. No entanto, meu interesse pela questão resultou de meus trabalhos sobre grandes projetos e tem a ver com o entendimento do militar como ator desenvolvimentista. Nesse cenário saímos necessariamente do contexto brasileiro para um outro mais amplo. O militar como ator interessado no desenvolvimento das forças produtivas não é um fenômeno maiormente brasileiro ou latino-americano, como seria o militar como interventor na normalidade política das nações[3]. Para

localizar melhor minha perspectiva, é necessária uma rápida apresentação de alguns dos fatores em jogo.

No decorrer de minhas pesquisas sobre grandes projetos tornaram-se evidentes fortes similaridades estruturais entre obras tão diferentes quanto a construção do Canal de Suez, no Egito, na metade do século passado; a construção de Brasília, na metade deste século, no Brasil; e a construção no presente, de uma hidrelétrica, Yacyretá, no rio Paraná, na fronteira argentino-paraguaia. Seguindo indicações iniciais (Ribeiro 1980), passei a conceitualizar os grandes projetos como uma forma de produção (Ribeiro 1985, 1987) e como um modelo de planejamento que é repetido a despeito de contextos geográficos e históricos. Havia que identificar, no entanto, os atores sociais e/ou as instituições que realizavam concretamente na história a migração deste modelo de organização do processo produtivo de grandes investimentos em áreas isoladas. A análise da migração de uma concepção de organização produtiva e de formas de imobilizar a força de trabalho típicas de grandes projetos, desembocou no estudo da história da engenharia e dos fluxos institucional e de indivíduos entre grandes projetos. Paralelamente, crescia a importância de se considerar algo que sempre me havia preocupado: o aspecto autoritário inerente à realização de um grande projeto, especialmente quando pensado desde a perspectiva das populações locais. O grande projeto implica, de modo geral, numa inexistência de opções alternativas, numa desqualificação visível das populações locais enquanto sujeitos dos seus destinos.

De fato, uma vez que a execução de um projeto esteja definida em altos níveis de poder político-econômico, a população

local raramente, para não dizer nunca, tem voz ativa na necessidade de implantação ou não do projeto, ou no modo como ele vai ser executado. Este componente autoritário, impasse conflitivo típico do confronto causado por sistemas econômicos em expansão, é geralmente fetichizado através de discursos que fazem apelos a diversos tipos de racionalidades técnico-científicas que conformam uma das ideologias internas mais poderosas dentro das corporações burocrático-administrativas associadas a estes empreendimentos articuladores de gigantescos interesses políticos e econômicos, públicos e/ou privados. Em realidade, o componente autoritário a que me refiro perpassa o planejamento como um todo, mesmo aquele planejamento de caráter populista, já que a ideologia planejadora supõe um tipo de assimetria de poder entre segmentos sociais (ou classes, ou mesmo populações) onde uma das partes se arvora o direito de se transformar numa espécie de super-cérebro social para intervir e reorganizar os modos de vida da outra. Finalmente, e retomando o eixo da gênese da minha preocupação com os militares, o autoritarismo tanto quanto as semelhanças entre os acampamentos de grandes projetos com os quartéis, ambos exemplos de instituições totais (veja Ribeiro 1990), chamavam a atenção para possíveis relações entre modelos de planejamento e visões militares de organização social.

Com efeito, na historiografia da engenharia encontrei um fato muito simples e, ao mesmo tempo, revelador: a engenharia civil vem da engenharia militar. Ao que tudo indica, isto ocorre em boa parte dos países Ocidentais. Na Europa, desde o estabelecimento em 1716, na França, do Corps des Ponts et

Chaussées (Kirby et al 1956: 200), a experiência francesa foi a fonte principal de conhecimento sobre construção de estradas. Nos Estados Unidos os vínculos entre a engenharia militar e civil remontam aos primeiros anos da república. O exército americano participou na manutenção de estradas ao menos desde a década de 1830. Além disto a Academia Militar de West Point, estabelecida "sob a direção e orientação de engenheiros militares franceses, foi a primeira e, durante algum tempo, a única escola técnica nos Estados Unidos (...) . Seus ex-alunos fizeram as investigações preliminares e os reconhecimentos a partir dos quais se localizou e se construiu a primeira ferrovia transcontinental" (Bishop & Bishop 1930: 59, citando a Goethals). No futuro, o Corps of Engineers do exército norte-americano continuaria participando da construção de projetos tão importantes quanto o do Canal de Panamá e o do Tennessee Valley Authority (TVA), um complexo de várias represas construídas a partir dos anos 30 nos EUA, e que se tornou um modelo internacional para a exploração de bacias hidrográficas[4]. No Brasil, ocorre o mesmo tipo de relação genealógica entre a engenharia civil e a militar (Kawamura 1979). O exército brasileiro também tem uma tradição de planejamento e participação em grandes projetos, sobretudo, como seria de se esperar, naqueles vinculados à integração e controle territorial, dentre os quais se destacam, na contemporaneidade, a Transamazônica (veja Smith 1982, Moran 1981 e Velho 1976: 209-213) e mais recentemente o Calha Norte (veja Miyamoto 1989).

Em suma, a atuação da corporação militar como ator desenvolvimentista tem sido central para o crescimento do capitalismo como um todo. Hoje em dia, uma boa parte dos

rearranjos que estão ocorrendo entre setores industriais a nível mundial passa também pela questão militar, sobretudo no que diz respeito à eletrônica e informática. Os contratos do Departamento de Defesa e a política do Pentágono têm impactos visíveis na alocação de recursos que geram "tecnologia de ponta" para uma concepção geopolítica militar-imperial ávida por armas cada vez mais sofisticadas.

Finalmente, a relação militar/desenvolvimento é de interesse particular para as Ciências Sociais brasileiras não apenas por causa do papel desempenhado pelos militares com suas políticas desenvolvimentistas no período 1964-85, onde desenvolvimento dialogava com segurança: mas também por causa da histórica influência do Positivismo internamente à corporação. Como se sabe, o Positivismo também é uma filosofia da história, uma concepção da história onde está embutida uma visão de progresso. No fundo, o que está em jogo, além da pragmática contabilidade de poder político-econômico classicamente vinculada à acumulação capitalista, são concepções de progresso e desenvolvimento muitas vezes antagônicas mas passíveis de serem encontradas desigualmente distribuídas mesmo entre aqueles que impulsionam o crescimento das forças produtivas.

II) DESENVOLVIMENTO: PARA UMA INTERPRETAÇÃO DE UM CONFLITO DE CATEGORIAS.

(i) Desenvolvimento: concepção agonística e concepção hedonística.

Progresso e, sobretudo, desenvolvimento não são categorias homogeneamente representadas pelos diversos atores sociais participantes do drama desenvolvimentista. A ação desenvolvimentista, sobretudo aquela planejada e induzida desde fora por poderosas agências públicas e privadas, cria um campo dividido entre "sujeitos" e "objetos"[5]. Evidentemente, internamente a cada um destes lados existem diferenças de concepções relacionadas, por exemplo, a posições hierárquicas dentro de um sistema de classes ou interétnico, ou a diferentes ideologias políticas, profissionais e técnico-científicas. Não obstante, para efeito de uma primeira aproximação a esta questão, explorarei uma divisão básica que resume o conflito de concepções presente em situações onde agentes desenvolvimentistas se encontram com populações locais que não se interessam por projetos acumulativos de mudança econômica e social. Com efeito, a transformação da natureza de objeto de contemplação em objeto de ação acumulativa, um dilema tipicamente faustiano (Berman 1987), talvez seja o cerne do conflito de concepções dos diversos atores de fato ou potencialmente envolvidos na expansão da economia capitalista.

A divisão/oposição que mencionei acima, pode ser localizada no que denomino uma concepção de desenvolvimento

agonística, em contraste com uma concepção hedonística. A concepção agonística, onde os militares estariam imediatamente classificados juntamente com o típico entrepreneur capitalista, baseia-se na dialética da destruição/construção, contradição fundamental para o desenvolvimento do espírito do capitalismo desde pelo menos o século XIX (Berman 1987). Trata-se de uma concepção de mobilização pragmática de recursos naturais e humanos para realizar objetivos tangíveis e muitas vezes imediatos. Os custos sociais, políticos e ecológicos são frequentemente subsumidos a uma contabilidade econômica, a uma numerologia, e à execução de tarefas e objetos. A natureza é objeto de trans-form-ação violenta e cenário de uma luta travada através de uma sinergia complexa que exerce sua própria sedução, e onde a fascinação da eficiência, do controle e sobretudo da velocidade (ver Foot Hardman 1988) se estabelece como valor central de um vasto sistema ideológico.

Já a concepção hedonística, enfatizadora do usufruto não destrutivo das potencialidades naturais, se aproxima do que no jargão do movimento ambientalista contemporaneo vem se denominando "desenvolvimento sustentável"[8]. Aqui a contemplação da natureza, o equilíbrio, e a possibilidade de utilização do tempo numa direção que não implique em acumulação crescente como base de projeto político de dominação, são valores fundamentais. O personagem básico que informa a concepção é caracterizável como possuidor de um tipo de rara sabedoria de administrador dos fluxos de energia de natureza, sem adulterá-la na sua essência. Sua áurea romantica é passível de confundir-se com a imagem de

bon sauvage muitas vezes atribuídas a populações de caçadores-coletores.

Não é a primeira vez que, desde o campo da antropologia, se discute esta temática. Assim, para entendermos melhor os conteúdos da discussão que proponho, passarei a localizar certas premissas e o contexto onde ela se desenrola. A intenção desse texto é também chamar a atenção para tópicos e modalidades interpretativas que possam estimular um debate cada vez mais necessário dentro da antropologia.

(ii) Desenvolvimento, Progresso e Relativismo Cultural.

A discussão sobre as representações de sociedades não-ocidentais a respeito de suas trajetórias temporais tem sido classicamente um objeto de interpretação da antropologia, uma disciplina que, pela sua própria tradição de análise fortemente marcada pelo relativismo cultural, nunca naturalizou as noções de progresso e desenvolvimento. Melville Herskovitz, referência clássica do relativismo, considerava ser "difícil para nós, que vivemos numa cultura em que a mudança é exaltada, conceder valor a atitudes que frisam a estabilidade como um fim almejado" (Herskovitz 1963: 81). De fato, uma contribuição central do relativismo cultural pode ser encontrada no reconhecimento de que a diferença de concepções a respeito do destino da humanidade representa, antes de tudo, uma demonstração da riqueza da experiência humana e da capacidade da espécie de responder a diferentes contextos ecológicos e históricos. Claude Lévi-Strauss (1986), em outro trabalho clássico e de forte inspiração

relativista, propôs a existência de duas concepções de história e cultura diferentes, uma acumulativa e a outra estacionária. Cada uma delas fazendo investimentos de tempo e imaginação de acôrdo com suas representações. Uma enfatizando a apropriação crescente de energia do meio-ambiente, outra onde este não é uma questão fundamental.

Neste contexto, não seria demais supor que na antropologia há uma tendência a reconhecer a existência de dois conjuntos distintos de sociedades, economias ou culturas que, grosseiramente, poderiam ser separadas em aquelas onde a idéia de progresso/desenvolvimento possui lugar central no universo ideológico e nas formas de reprodução da vida; e aquelas onde esta idéia ou não existe ou está subordinada a um conjunto de concepções que limitam sua eficácia[7]. Paralelamente, o antropólogo tem classicamente estudado, direta ou indiretamente, as mudanças sociais provocadas por iniciativas desenvolvimentistas, ou, nas palavras de Dalton (1971: 11), as "consequências sociais das inovações".

Porém, como sabemos, me aproximei do conflito de concepções sobre desenvolvimento, não através da oposição progresso versus não-progresso, mas de uma prática de pesquisa e reflexão que além de reconhecer a existência desta polaridade, tem também se defrontado com uma diversidade de concepções internamente ao lado "progressista" ou "desenvolvimentista"[8]. O destaque que damos à necessidade de análises ao nível das representações se prende ao fato de que as interpretações exclusivamente econômicas não terminam de explicar, por exemplo,

a diversidade de concepções de desenvolvimento e progresso entre capitalistas e/ou entre planejadores e controladores da produção. Um engenheiro de alta hierarquia de uma corporação transnacional da construção civil que já acumulou amplos benefícios econômicos de sua participação no mercado mundial de grandes projetos, pode desejar um novo trabalho não apenas pelas recompensas econômicas mas também pelo desafio que um projeto representa em termos técnicos e de uma "luta" com a natureza. As explicações economicistas, ou as que reduzem as ações dos atores sociais a uma pragmática manipuladora de interesses econômicos e políticos, tampouco podem explicar porque populações indígenas reagem antagonisticamente a iniciativas desenvolvimentistas estranhas às suas concepções culturais[9]. Daí a necessidade de se explorar as categorias de progresso e desenvolvimento em jogo nas interações e práticas dos agentes sociais, tanto quanto as diferentes concepções de mudança social a elas associadas.

(iii) Antropologia do Desenvolvimento.

A partir da década de setenta o envolvimento da Antropologia com questões diretamente vinculadas ao desenvolvimento econômico, sobretudo com os chamados projetos de desenvolvimento, passa a ser cada vez mais evidente. Com a "opção pelos pobres" de poderosas agências multilaterais de financiamento, em especial o Banco Mundial (para uma análise desta instituição multilateral veja-se Payer 1982), e com a constatação dos efeitos negativos de projetos desenvolvidos em áreas isoladas sobre as populações locais (índios e camponeses na

maioria das vezes), os antropólogos são cada vez mais chamados a participar do processo de planejamento ou da avaliação de intervenções planejadas. Em consequência, vem se abrindo novas possibilidades profissionais para estes cientistas sociais, fato que ocorre tipicamente nos "países centrais", concentradores do maior número de agências promotoras de "projetos de desenvolvimento", criando um novo campo de interesse da disciplina, a Antropologia do Desenvolvimento.

A figura do antropólogo consultor aparece como alternativa real para a prática profissional nos Estados Unidos, por exemplo, onde não apenas recém-doutores ingressam neste novo segmento do mercado de trabalho, mas também acadêmicos seniors deixam suas carreiras universitárias seja para se estabelecerem como "consultores independentes", seja para se filiarem a agências de desenvolvimento multilaterais ou bilaterais. Diante da crise do mercado acadêmico de antropologia nos EUA estas alternativas são cada vez mais atraentes.

Por outro lado, a literatura também vem refletindo o interesse crescente da antropologia nesta área. As pesquisas e publicações concentram-se principalmente nos efeitos dos "projetos de desenvolvimento", conformando todo um corpo de literatura mais conhecido através do rótulo "avaliação de impactos sociais"[10]. A importância da antropologia e dos antropólogos neste segmento do planejamento econômico tende a aumentar diante das pressões cada vez mais organizadas e eficazes das entidades e partidos vinculados à defesa da ecologia e das populações nativas.

No Brasil, mais recentemente, vem se notando o crescimento deste campo de interesse. Há em diversas capitais do país - São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis e Brasília, por exemplo - um número crescente de antropólogos com experiência seja junto a empresas particulares de consultoria e empreiteiras da indústria da construção civil, seja junto a órgãos governamentais vinculados à mineração ou hidroeletricidade (Companhia do Vale do Rio Doce ou ELETRONORTE, para citar apenas dois). No âmbito acadêmico, tanto no Museu Nacional do Rio de Janeiro quanto na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade de Brasília, por exemplo, existem pesquisadores dedicando-se à questão [11]. As primeiras publicações e teses de pós-graduação começam a ser veiculadas (cf. p. eg. a coletânea de Santos + Andrade 1988). Aqui tampouco há dúvida de que a tendência é aumentar o número de trabalhos produzidos. A magnitude das questões envolvidas, bem como o crescimento da demanda por parte do Estado e de empresas particulares por trabalho de "avaliação dos impactos sociais" dos grandes projetos, demonstram a necessidade do crescimento da produção acadêmica independente. Necessidade esta ainda mais evidente num campo dominado por trabalhos realizados por autores direta ou indiretamente vinculados aos interesses definidos internamente ao processo de planejamento (Ribeiro 1985: 26). Limitações inerentes aos "trabalhos por encomenda", como o ajustamento aos cronogramas e políticas internas dos projetos, estão claramente apontadas por Sigaud (1988).

(iv) Desenvolvimento, considerações sobre uma noção em crise.

Contemporaneamente assiste-se a uma crise nas maneiras de pensar o "desenvolvimento", similar à reestruturação interpretativa causada pela Segunda Guerra Mundial quando grande parte das teorias que ainda prevalecem neste campo - seja do lado "conservador" seja do lado "progressista" - foi forjada. Há, portanto, que se inserir na crise contemporânea de concepções sobre desenvolvimento. Como disse, as teorias explicativas ou iluminadoras da discussão sobre desenvolvimento são herdeiras diretas de um debate típico do pós-guerra, quando a hegemonia norte-americana no sistema mundial era inegável e quando a crença na importância do desenvolvimento tecnológico e industrial como via de crescimento associada á produção para o mercado interno, se transformou progressivamente em palavra de ordem de intelectuais, políticos e tecnocratas. Seguimos num mundo onde "tudo que é sólido desmancha no ar" (Berman 1987), porém, agora sob o impulso do raio laser, da comunicação via satélite, da informática, da robótica, da integração planetária dos mercados financeiros e dos sistemas produtivos industriais, da perda de referência territorial das elites capitalistas e seus administradores. A chamada burguesia claramente revela sua face transnacional. Hoje "a nova ordem econômica internacional" se transforma progressivamente em jargão acadêmico e político (para interpretações antropológicas da nova configuração do sistema mundial veja Nash 1981, 1983).

A discussão contemporânea a respeito das características das concepções prevalecentes sobre

desenvolvimento - discussão que em si também é indicadora de uma crise neste campo teórico - são índices da necessidade de compreender as contradições internas às ideologias desenvolvimentistas[12]. A importância de repensar as categorias em conflito que emergem desta crise de paradigmas, é auto-evidente. A antropologia, com o seu compromisso de analisar a realidade social considerando as categorias dos atores nela envolvidos, tem, sem dúvida, uma contribuição a dar.

N O I A S

(1) Este texto se desenvolveu a partir de intervenções no Seminário "Militares, Índios e Fronteiras", realizado no Museu Nacional da UFRJ nos dias 01 e 02 de junho de 1989. Agradeço ao Dr. João Pacheco de Oliveira Filho o convite para participar das sessões como debatedor.

(2) Além disto, hoje é cada vez mais frequente o controle/influência dos militares na política indigenista e ambientalista. As negativas de acesso a áreas indígenas para vários antropólogos é uma das facetas desta situação. Para os efeitos do "Calha Norte" sobre as populações indígenas do Alto Rio Negro veja Buchillet (1989).

(3) Para a importância dos militares na história do Ocidente veja, por exemplo, Parker (1988).

(4) Durante a construção do Panamá houve protestos a respeito de um gerenciamento militarista do projeto (Bishop & Bishop 1930: 153-156). Arthur Morgan, um engenheiro civil que durante anos administrou o TVA, apresenta o Corps of Engineers, "um produto de West Point", como instituição inadequada e antidemocrática que tem um "padrão antigo e altamente resistente à mudança" (Morgan 1971: 2-3). O Corps of Engineers continua sendo responsável por grandes projetos de infra-estrutura nos Estados Unidos a tal ponto que os ambientalistas se confrontam diretamente com esta corporação (veja Zeidin & Blakeney 1982).

(5) Para efeito de simplificação expositiva, pode-se denominar cada um destes dois "lados" com as expressões "os atores sociais desenvolvimentistas" e "os atores sociais objeto da ação desenvolvimentista".

(6) No momento, ainda é questionável a capacidade de movimentos ambientalistas resolverem com sua luta política a contradição destruição/construção inerente à concepção de desenvolvimento prevalescente. No entanto, não resta dúvida que o ambientalismo, como uma ideologia pluriclassista, vem provocando reformas - e poderá fazê-lo cada vez mais no futuro - na ação predatória da expansão capitalista. A tática das organizações não-governamentais americanas de pressionar as agências multilaterais, Banco Mundial, por exemplo, tem se revelado relativamente frutífera (veja Aufderheide & Rich 1988).

(7) Este não é o lugar para aprofundarmos sobre as complexas questões relacionadas com o papel e importância das noções de progresso e "desenvolvimento" para o mundo Ocidental. Contudo, alguns pontos podem ser trazidos à luz. Primeiro, a idéia de progresso, ou uma correlata, pode ser encontrada pelo menos desde a Grécia Antiga. Filósofos e historiadores atribuem a esta idéia um importante lugar na história do

pensamento Ocidental. Ela também tem sido identificada como parte da visão-do-mundo judaíco-cristão. Segundo, a idéia de progresso é uma concepção metafórica que enfatiza continuidade e direcionalidade, baseada na observação de que as pessoas e outros seres vivos crescem. Neste sentido, a idéia de progresso sempre desencadeou seu oposto imediato e competidor, a idéia de decadência. Terceiro, a idéia de progresso tornou-se parte dominante e central do novo contrato social e do universo ideológico que acompanha a chegada ao poder da burguesia no século XVIII, com o concomitante desenvolvimento intenso das forças produtivas - especialmente da tecnologia - que isto implicou. Quarto, como parte dos processos de secularização e racionalização que se desdobraram no século XIX, desenvolvimento - a idéia-gêmea do progresso - e a possibilidade de intervir racionalmente nos processos sociais, tornaram-se uma ideologia explícita das elites dirigentes, incluindo os intelectuais, provendo o contexto para o aparecimento de utopias socialistas (Fourier e Saint-Simon, por exemplo) e um projeto como o de Comte de fundar uma física social. O evolucionismo está também altamente associado a esses processos. Evidentemente, as ciências sociais são marcadas pelos contextos históricos onde se originaram. Para discussões relacionadas com estas questões veja Dodds (1973); Hildebrand (1949); Delvaille (1969) e Binder (1986).

(8) A este respeito veja a conclusão de minha tese de doutorado, onde relaciono a diferença de concepções sobre desenvolvimento com estratificação social, cultura e história (Ribeiro 1988).

(9) A última grande confrontação desta ordem se deu entre os Kaiapó e a ELETRONORTE no Primeiro Encontro das Nações Indígenas do Xingu, em Altamira, no Pará, na semana de 20 a 24 de fevereiro deste ano. Este acontecimento foi, sem dúvida, o de maior visibilidade em termos da luta política ecológica e indigenista contemporanea (veja, por exemplo, Gabeira 1989).

(10) Veja-se por exemplo, Aberle (1989), Aspelin & Coelho dos Santos (1981), Attwood et al (1987),Barabas (1977), Bartolomé (1985), Colson (1971), Lawson (1982), Partridge (1984), Partridge, Brown & Nugent (1982), Robertson (1984), Scudder & Colson (1982), Sigaud (1986, 1988), Sigaud, Martins-Costa e Daou (1987), Wali (1982).

(11) Notemos também que no final de 1988 a Associação Brasileira de Antropologia instituiu sua Comissão de Políticas Públicas.

(12) A literatura nesta área abrange vastas questões, tocando a polêmica a respeito da modernidade e pós-modernidade, o caráter da divisão internacional do trabalho e a ineficácia das proposições desenvolvimentistas planejadas e partir dos países centrais (veja-se, por exemplo Becker 1984; Binder

1986; Chase-Dunn 1982; Evans 1985; Berman 1987; Foot Hardman 1988; Robertson 1984; Vattimo 1986; Attwood et al 1987; Aufderheide & Rich 1988).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aberle, David
1988 - "The Tragedy of Relocation". Trabalho apresentado no Simpósio sobre Reassentamento involuntário: Teoria, Política e Prática Antropológica do "XII International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences", Zagreb, julho 1988.

Aspelin, Paul & Silvio Coelho dos Santos
1981 - Indians Areas Threatened by Hydroelectrics projects in Brazil. Copenhagen. IWGIA, Document 44.

Attwood, Donald W., Thomas C. Bruneau and John G. Galaty
1987 - Power and Poverty. Development and Development Projects in the Third World. Boulder. Westview Press.

Aufderheide, Pat & Bruce Rich
1988 - "Environmental Reform and the Multilateral Banks". World Policy Journal, Spring : 301-321.

Barabas, Alicia Mabel
1977 - "Chinantec Messianism: the Mediator of the Divine". In Elias Sevilla-Casas (org.)Western Expansion and Indigenous Peoples. Netherlands. Mouton Publishers.

Bartolomé, Leopoldo J. (org.)
1985 - Relocalizados: Antropologia Social de las Poblaciones Desplazadas. Buenos Aires. Ediciones del IDES.

Becker, David G.
1984 - "Recent Political Development in Peru: Dependency or Postdependency ?". Latin American Research Review 19: 225-242.

Berman, Marshal
1987 - "O Fausto de Goethe: A Tragédia do Desenvolvimento". In Marshall Berman, Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. São Paulo. Companhia das Letras.

Binder, Leonard
1986 - "The Natural History of Development Theory". Comparative Studies in Society and History 28: 3-33.

Bishop, Joseph B. & Farnham Bishop
1930 - Goethals: Genius of the Panama Canal. A Biography. New York. Harper and Brothers.

Buchillet, Dominique
1989 - Pari - Cachoeira: O Laboratório Tukano do Projeto Calha Norte. Aconteceu Especial 87/88. CEDI, São Paulo.

Chase-Dunn, Christopher K.
1982 - "A World-System Perspective on Dependency and Development in Latin America". Latin American Research Review 12: 166-171.

Colson, Elizabeth
1971 - The Social Consequences of resettlement: The Impact of the Kariba Resettlement Upon the Gwembe Tonga. London. Manchester University Press.

Dalton, George
1971 - "Introduction". In G. Dalton (org.) Economic Development and Social Change. New York. American Museum Sourcebooks in Anthropology.

Delvaille, Jules

1969 - Essai sur l'Historie de l'idée de Progres jusqu'à la fin du XVIII siecle. Geneve. Slatkine Reprints. (Primeira ed. 1910).

Dodds, E.R.
1973 - The Ancient Concept of Progress, and other essays on Greek literature and belief. Oxford. Oxford University Press.

Evans, Peter
1985 - "After Dependency: recent Studies of Class, State and Industrialization". Latin American Research Review 20: 149-160.

Foot Hardman, Francisco
1988 - Trem Fantasma. A Modernidade na Selva. São Paulo. Companhia das Letras.

Gabeira, Fernando
1989 - "Índia Saca o Facão e Assusta Diretor da ELETRONORTE". Folha de São Paulo, 22.2.89.

Herskovits, Melville
1963 - "O Problema do Relativismo Cultural". In Antropologia Cultural. São Paulo. Mestre Jou.

Hildebrand, George H.

1949 - "The Idea of Progress: an Historical Analysis". In Frederick J. Teggart (ed.), The Idea of Progress. A Collection of Readings. Berkeley. University of California Press.

Kawamura, Lili Katsuco

1979 - Engenheiro: Trabalho e Ideologia. São Paulo. Edições Ática.

Kirby, Richard, S. Withington, Arthur Darling & Frederick Kilgour

1956 - Engineering in History. New York. Mc Graw Hill.

Lawson, Michael L.

1982 - Dammed Indians. The Pick-Sloan Plan and the Missouri River Sioux, 1944-1980. Norman. University of Oklahoma Press.

Lévi-Strauss, Claude

1986 - "Raça e Cultura". In Olhar Distanciado. Lisboa. Edições 70.

Miyamoto, Shiguenoli

1989 - "Diplomacia e Militarismo: o Projeto Calha Norte e a Ocupação do Espaço Amazônico". Revista Brasileira de Ciência Política 01: 145-163.

Moran, Emilio

1981 - Developing the Amazon. Bloomington. Indiana University Press.

Morgan, Arthur Ernest

1971 - Dams and Other Disasters. A Century of the Army Corps of Engineers in Civil Works. Boston. Porter Sargent Publisher.

Nash, June

1981 - "Ethnographic Aspects of the World Capitalist System". Annual Review of Anthropology 10: 393-423.

1983 - "The Impact of the Changing International Division of Labor on Different Sectors of the Labor Force". In June Nash and Maria Patrícia Fernández-Kelly (orgs.), Women, Men and the International Division of Labor. Albany. State University of New York.

Parker, Geofrey
1988 - The Military Revolution. Military Innovation and the Rise of the West 1500-1800. Cambridge. Cambridge University Press.

Partridge, William L (org.)
1984 - Training Manual in Development Anthropology. Special Publication of the American Anthropological Association and the Society of Applied Anthropology no. 17. Washington.

Partridge, William L, Antoinette Brown & Jeffrey Nugent
1982 - "The Papaloapan Dam and Resettlement Project: Human Ecology and Health Impacts". In Art Hansen & Anthony Oliver-Smith (orgs.). Involuntary Migration: the Problem and Responses of Dislocated People. Boulder. Westview Press.

Payer, Cheryl
1982 - The World Bank, a Critical Analysis. New York. Monthly Review Press.

Ribeiro, Gustavo Lins
1980 - O Capital da Esperança: Brasília, um Estudo sobre uma Grande Obra de Construção Civil. Tese de Mestrado. Universidade de Brasília.

1985 - "Proyectos de gran Escala: hacia un marco conceptual para el analisis de una forma de producción temporaria". In Leopoldo Bartolomé (org.) Relocalizados: antropología Social de las Poblaciones Desplazadas. Buenos Aires. Ediciones del IDES.

1987 - "Cuanto Más Grande Mejor ? Proyectos de Gran Escala: una Forma de Producción Vinculada a la Expansión de Sistemas Económicos". Desarrollo Económico 105: 3-27.

1988 - Developing the Moon Land: the Yacyreta Hydroelectric High Dam and Economic Expansion in Argentina. Tese de Doutorado. City University of New York

1989 - "Acampamento de Grande Projeto. Uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia". In Aldo Paviani (org.), Organização do Espaço, Lutas Populares em Brasília. Brasília. Editora da da Universidade de Brasília. No prelo.

Robertson, A.F.
1984 - People and the State. An Anthropology of Planned Development. Cambridge. Cambridge University Press.

Santos, Leinad Ayer O. & Lúcia M.M. de Andrade (orgs.)
1988 - As Hidroelétricas do Xingu e os Povos Indígenas. São Paulo. Comissão Pró-Índio de São Paulo.

Scudder, Thayer & Elizabeth Colson
1982 - "From Welfare to Development: a Conceptual Framework for the Analysis of Dislocated People". In A. Hansen & A. Oliver-Smith (orgs.), Involuntary Migration: the Problems and responses of Dislocated People. Boulder. Westview Press.

Sigaud, Lygia
1986 - Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos. As Barragens de Sobradinho e Machadinho". Comunicação no. 8. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Rio de Janeiro.

1988 - A Política "Social" do Setor Energético. Mimeo.

Sigaud, Lygia, Ana Luiza Martins-Costa & Ana Maria Daou
1987 - "Expropriação do Campesinato e concentração de Terras em Sobradinho: uma Contribuição à Análise dos Efeitos da Política Energética do Estado". In ANPOCS: Ciências Sociais Hoje. São Paulo. Vértice/ANPOCS.

Smith, Nigel J.H.
1982 - Rainforest Corridors. The Transamazon Colonization Scheme. Berkeley. University of California Press.

Vattimo, Gianni
1986 - El Fin de la Modernidad. Nihilismo y Hermenéutica en la cultura posmoderna. Barcelona. Editorial Gedisa.

Velho, Otávio Guilherme
1976 - Capitalismo Autoritário e Campesinato. São Paulo. Difel.

Wali, Alaka
1982 "Panama's Dams: Consequences for the Indian People". Hydroelectrics in Central and South America. Bulletin 11. Anthropology Resource Center. Boston.

Zeidin, Marvin & W. Carlyle Blakeney, Jr.
1982 - How to Cope with the Corps. A Citizen action manual for those concerned about the U.S. Corps of Engineers' environmentally destructive and economically wasteful water programs. Charleston, S.C. ECOPRESS.

SÉRIE ANTROPOLOGIA

TÍTULOS PUBLICADOS

01. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Povos Indígenas e Mudança Sócio-Cultural na Amazônia, 1973. Republicado(*) em A Sociologia do Brasil Indígena, do mesmo autor. 2ª edição, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: Ed. UnB, 1978: 173-196, e em Man in the Amazon, org. por Charles Wagley, Gainesville: The University Presses of Florida, 1974: 111-135.

02. RAMOS, Alcida Rita. Nomes Pessoais e Classificação Social na Sociedade Sanumá (Yanoama), 1973. Republicado no Anuário Antropológico/76: 13-38 e em Peasants, Primitives and Proletariats, org. por Browman e Schwartz, Haia: Mouton, 1979: 191-205.

03. MELATTI, Julio Cezar. O Sistema de Parentesco dos Índios Krahó, 1973. Republicado em Dialectial Societies, org. por D. Maybury-Lewis, Cambridge: Harvard University Press, 1979: 46-79.

04. RAMOS, Alcida Rita e Peirano, Mariza G. e S. O Simbolismo da Caça em Dois Rituais de Nominação, 1973.

05. WOORTMANN, Klaas. Comunidade e Haciendas no Perú Andino: Contribuição a uma Sociologia do Campesinato Latino-Americano, 1973.

06. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Um Conceito Antropológico de Identidade, 1974. Republicado em Alter 3(4), 1973: 208-219 e em Identidade, Etnia e Estrutura Social, do mesmo autor, São Paulo: Pioneira, 1976: 33-52.

07. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Processos de Articulação Étnica, 1974. Republicado em Identidade, Etnia e Estrutura Social, do mesmo autor, São Paulo. Pioneira 1976: 53-73, e em Processos de Articulación Social, org. por Hermitte e Bartolomé, Buenos Aires: Amorrortur, 1977: 282-304.

08. MELATTI, Julio Cezar. Reflexões sobre Algumas Narrativas Krahó, 1974. A maioria das narrativas, sem as reflexões, republicadas em Folk Literature of the Gê Indians, vol. II, org. por J. Wibert e K. Simoneau, Los Ângeles: University of California-UCLA, 1984: 316-354.

09. RAMOS, Alcida Rita. Identidade Étnica numa Situação Intertribal, 1974. Republicado em Hierarquia e Simbiose, org. pela mesma autora, São Paulo: HUCITEC, Brasília: INL, 1980: 23-65.

10. RAMOS, Alcida Rita. Mundurucu. Mudança Social ou Falso Problema ?, 1974. Republicado em American Ethnologist, 5, 1978: 675-689.

11. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Possibilidade de uma Antropologia da Ação entre os Tukuna, 1975. Republicado em América Indígena 37(1), 1977: 145-169 e em Sociologia do Brasil Indígena, do mesmo autor, 2ª ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: Ed. UnB:

12. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Reconsiderando Etnia, 1975. Republicado em Identidade, Etnia e Estrutura Social, do mesmo autor, São Paulo: 1976: 79-109.

(*) Os textos republicados nem sempre o são na mesma língua e por vezes sofrem modificações no título e na redação.

13. MELATTI, Julio Cezar e MONTAGNER MELATTI, Delvair. Relatório sobre os Índios Marúbo, 1975.

14. ZARUR, George de C. Leite. Pescadores do Golfo do México: Racionalidade Econômica e Sistema Social, 1976.

15. ZARUR, George de C. Leite. Repensando o Conceito de Matrifocalidade, 1976.

16. RAMOS, Alcida Rita. Extinção, Alienação ou Simbiose ? 1977. Republicado como Introdução a Hierarquia e Simbiose, pela autora, São Paulo: HUCITEC, Brasília: INL, 1980: 01-17.

17. CADAXA, Maria. No Burgo do Tempo Perdido: Vondervotteimittis Revisitado, 1977.

18. RAMOS, Alcida Rita e ALBERT, Bruce. Descendência e Afinidade: O Contraste entre Duas Sociedades Yanoama, 1977. Republicado nas Actes du XLII Congrés Internacional des Americanistes, vol. II. Paris, 1977: 71-90.

19. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Leitura de Mauss, 1977. Republicado como Introdução à Mauss, org. pelo autor. São Paulo, Ática, 1979: 05-50.

20. WOORTMANN, Klaas. Hábitos e Ideologia Aliventares em Grupos Sociais de Baixa Renda. Relatório Final, 1978.

21. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade e Estrutura Social, 1978. Republicado no Anuário Antropológico/78: 243-263 e em Enigmas e Soluções, do mesmo autor, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983: 103-125.

22. LARAIA, Roque de Barros. A Situação das Minorias Étnicas no Brasil, 1978. A parte referente ao negro, ampliada, republicada no BIB 7; 1979: 11-21.

23. LUSTIG-ARECCO, Vera. Adaptação à Caça: Uma Análise Comparativa, 1978. Republicado na Revista de Antropologia 22, 1979: 39-60.

24. MELATTI, Julio Cezar. À Procura de uma Classificação dos Personagens Mítico-Rituais Timbiras, 1979. Republicado no Anuário Antropológico/79: 99-130.

25. SYGAUD, Lygia Maria. O Sindicato e a Estratégia do Capital, 1979.

26. AMARAL, Custódia Selma Sena do. Durkheim e o Estudo das Representações, 1979. Republicado no Anuário Antropológico/82: 134-164.

27. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Etnia e Estrutura de Classes, 1980. Republicado no Anuário Antropológico/79: 57-78 e em Enigmas e Soluções, do mesmo autor, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983: 126-149.

27a SILVERWOOD-COPE, Peter L. Os Maku - Povo Caçador do Noroeste da Amazônia, 1980. o 3º capítulo foi publicado no Anuário Antropológico/78: 176-239.

28. SILVERWOOD-COPE, Peter L. The Secret of The Pagodas (Religion and Politics in South-East Asia) 1981. Traduzido para o português no nº 62 desta mesma Série.

29. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. As Categorias do Entendimento na Formação da Antropologia, 1982. Republicado no Anuário Antropológico/81: 125-146.

30. PEIRANO, Mariza G. e S. Documentos e Identidade Social (Algumas Reflexões sobre Cidadania no Brasil), 1982. Republicado em Sociedade e Estado, vol. 1 nº 1: 49-63.

31. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "Sociedade Plural" e Pluralismo Cultural no Brasil , 1982. Republicado em Tempo Brasileiro 71, 1983: 07-17 e em Proceedings of the American Ethnological Society. Washington, 1984: 35-48.

32. RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas, 1982. Republicado com cortes, como volume da Série Princípios, São Paulo: Ática, 1986.

33. MACHADO, Lia Zanotta. Identidade e Individualismo, 1982.

34. FISCHER, Michael M. From Interpretive to Critical Anthropologies, 1982. Republicado no Anuário Antropológico/83: 55-72.

35. PEIRANO, Mariza G. e S. Etnocentrismo às Avessas: O Conceito de "Sociedades Complexas", 1982. Republicado em Dados 26(1), 1983: 97-115.

36. LARAIA, Roque de Barros. O Conceito Antropológico de Cultura, 1983. Republicado com o título Cultura: Um Conceito Antropológico, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

37. PEIRANO, Mariza G. e S. a Antropologia Esquecida de Florestan Fernandes: Os Tupinambá, 1983. Republicado no Anuário Antropológico/82: 15-49.

38. MELATTI, Julio Cezar. Antropologia no Brasil: Um Roteiro, 1983. Republicado no BIB 17, 1984: 3-52.

39. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Introdução a uma Leitura de Rivers, 1984. A ser republicado como Introdução a Rivers, org. pelo autor, São Paulo: Ática.

40. WOORTMANN, Klaas. A Família Trabalhadora, 1984. Republicado em Ciência Hoje 3(13), 1984: 26-31 e em Ciências Sociais Hoje/1984, São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1984: 69-87.

41. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Tempo e Tradição: Interpretando a Antropologia, 1984. Republicado no Anuário Antropológico/84: 191-203.

42. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A "Categoria da Causalidade" na Formação da Antropologia, 1984. Republicado no Anuário Antropológico/83: 11-52.

43. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Leitura e Cultura de uma Perspectiva Antropológica, 1984.

44. PEIRANO, Mariza G. e S. O Antropólogo como Cidadão: Louis Dumont e o Caso Brasileiro, 1984. Republicado em Dados 29 (1), 1985: 27-43.

45. RAMOS, Alcida Rita. Categorias Étnicas do Pensamento Sanumá: Contrastes Intra e Inter-Étnicos, 1984. Republicado no Anuário Antropológico/84: 95-108.

46. MACHADO, Lia Zanotta e MAGALHÃES, Themis Quezado de. Imagens do Espaço: Imagens de Vida (Um Estudo sobre Brasília) 1984. Republicado em Brasília, Ideologia e Realidade: Espaço Urbano em Questão, org. por Aldo Paviani, São Paulo: Projeto, Brasília, CNPq, 1985: 191-214.

47. MACHADO, Lia Zanotta. Família, Honra e Individualismo, 1985.

48. MELATTI, Julio Cezar. A Origem dos Brancos no Mito de Shoma Wetsa, 1985. Republicado no Anuário Antropológico/84: 109-173.

49. MELATTI, Julio Cezar. Curt Nimuendajú e os Jê, 1985.

50. WOORTMANN, Klaas. A Comida, a Família e a Construção do Gênero Feminino, 1985. Republicado em Dados, vol. 29, nº 1, 1986: 103-130.

51. RAMOS, Alcida Rita; LAZARIN, Marco Antonio e GOMEZ, Gala Goodwin. Yanomami em Tempo de Ouro (Relatório de Pesquisa) 1985. Republicado em Cultura Indígena de la Amazonia. Catálogo del Quinto Centenário. Madrid: Biblioteca Quinto Centenário, 1986:73-83.

52. RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas. A Classificação de Parentes, 1986. Trecho do

nº 32 da Série Antropológica não publicado no volume da Coleção Princípios, São Paulo: Ática, 1986.

53. PEIRANO, Mariza G. e S. O Encontro Etnográfico e o Diálogo Teórico . Republicado no Anuário Antropológico/85. Rio: Tempo Brasileiro, 1986.

54. MELATTI, Julio Cezar. "Wenía: A Origem Mitológica da Cultura Marúbo", 1986.

55. LARAIA, Roque de Barros. Os Estudos de Parentesco no Brasil , 1987. Republicado em BIB 23. 1987: 3-17.

56. CARVALHO, José Jorge de. O Jogo das Bolinhas de Vidro: Uma Simbólica da Masculinidade , 1987. A sair no Anuário Antropológico/87.

57. PEIRANO, Mariza G. e S. A Índia das Aldeias e a Índia das Castas: Reflexões sobre um Debate , 1987. Republicado em Dados, vol. 30, nº 1, 1987: 109-122.

58. PEIRANO, Mariza G. e S. O Pluralismo de Antonio Candido , 1987.

59. CARVALHO, José Jorge de. A Força da Nostalgia: A Concepção de Tempo Histórico dos Cultos Afro-Brasileiros Tradicionais , 1987. Republicado em Religião e Sociedade, vol. 14, nº 2, 36-61. 1988.

60. LARAIA, Roque de Barros. Etnologia Indígena Brasileira: um Breve Levantamento , 1987.

61. SEGATO, Rita Laura. Algumas Propuestas para un Estudio del Cambio Religioso: La Expansión Evangélica en la Quebrada y Puna Jujeñas , 1987.

62. SILVERWOOD-COPE, Peter L. O Segredo dos Pagodes: Religião e Política no Sudeste Asiático , 1987. Tradução do nº 28 desta Série.

63. SENA, Custódia Selma. Em Favor da Tradição ou Falar é Fácil, Fazer é que são Elas . 1987.

64. LARAIA, Roque de Barros. A Morte e as Mortes de Curt Nimuendajú , 1988. in Ciência Hoje, vol. 8, nº 44.

65. PEIRANO, Mariza G.S. "Are You Catholic ? Relato de viagem, Reflexões Teóricas & Perplexidades Éticas. 1988. Republicado em Dados, vol. 31, nº 2, p. 219-242.

66. RAMOS, Alcida Rita. Vozes Indígenas: O Contato Vivido e Contado. 1988. A sair no Anuário Antropológico/87 e em Nation-State and Indian in Latin America, org. por Greg Urban e Joel Sherzee.

67. RAMOS, Alcida Rita. A Antropologia Brasileira Vista Através do Anuário Antropológico, 1988.

68. LARAIA, Roque de Barros. A Morte nas Sociedades Tupi-Guarani, 1988.

69. WOORTMANN, Klaas A.W. "Com Parente não se Negucéia": O Campesinato como Ordem Moral , 1988. A sair no Anuário Antropológico/87.

70. RIBEIRO, Gustavo Lins. Descotidianizar. Extrañamiento y Conciencia Práctica. Un Ensayo sobre la Perspectiva Antropológica. 1988.

71. CARVALHO, José Jorge. A Antropologia e o Niilismo Filosófico Contemporâneo. 1988. Republicado no Anuário Antropológico/86, 153-181. Brasília: Ed. UnB/Tempo Brasileiro.

72. ARAGÃO, Luiz Tarlei de. Perspectivas de Ocupação do Cerrado na Região de Brasília ou Notas para uma Antropologia do Sertão , 1988.

73. SEGATO, Rita Laura. A Vida Privada de Iemanjá e seus Filhos: Fragmentos de um Discurso Político para Compreender o Brasil. 1988. A sair no Anuário Antropológico/87.

74. CARVALHO, José Jorge de. Violência e Caos na Experiência Religiosa, 1988.

75. SEGATO, Rita Laura. A Antropologia e a Crise Taxonômica na Cultura Popular. 1988. A sair pelo INF. FUNARTE.

76. PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. Teoria e Prática da Antropologia: Dois Exercícios. 1988.

77. CARVALHO, José Jorge de. O Lugar da Cultura Tradicional na Sociedade Moderna. 1988.

78. MELATTI, Julio Cesar. Dos Alicerces Somáticos das Culturas Panos Considerados Por Elas Próprias. 1989.

79. KRACKE, Waud. O Poder do Sonho no Xamanismo Tupi (Parintintin). 1989.

80. CARVALHO, José Jorge de. Nietzsche e Xangô: Dois Mitos do Ceticismo e do Desmascaramento. 1989.